Nº do Processo	Fiscal do Contrato	Substituto	Contrato	Contratado	Objeto do Contrato
2014.39000.000108	Cristiane Peres da Silva (Gerente de Biodiversidade e Áreas Protegidas)	Dallyla Tais Assunção M. Ferreira (Bióloga)	018/2015	PEQUI-PESQUISA E CONSERVAÇÃO DO CERRADO E ISPN - INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA.	Contratação de empresa especializada para elaboração da Proposta de Projeto de Lei da Política Estadual de Uso Sustentável do Capim-Dourado e Buriti, de forma a promover o manejo sustentável destes recursos no Estado do Tocantins.
	número funcional: 1029495-4	número funcional: 1270850-1			

Art. 2º. São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

III - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

IV - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

V - manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

VI - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO CERH Nº 054, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Aprova a assinatura do Termo de Parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Instituto Ecológica-Palmas-TO, nos termos do Edital 001/2015/FERH/TO.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CERH/TO, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nº 1.307, de 22 de março de 2002; 2.089, de 09 de julho de 2009; 2.097, de 13 de julho de 2009, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando, a importância da utilização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH para a implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos bem como para a estruturação e fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, instituídos pela Lei Estadual nº 1.307 de 2002;

Considerando o que preconiza a Lei Estadual Nº 1.307, de 22 de março de 2002, no seu art. 40, onde o Poder Executivo pode celebrar consórcios, convênios, acordos de cooperação técnica e contratos com entidades de direito público ou privado, nacionais, internacionais e estrangeiras, para implantar, implementar, manter ou executar operações especiais relativas, inclusive para: I - autorizar a gestão associada de serviços públicos e atividades relacionadas com o gerenciamento de recursos hídricos; II - transferir ou receber em transferência a gestão associada de serviços públicos no âmbito dos recursos hídricos, na conformidade do art. 241 da Constituição Federal;

Considerando, que os recursos do FERH/TO devem ser aplicados:

I - pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, após deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/TO;

II - por meio de acordos, convênios, termos de parcerias, ajustes ou outros instrumentos, celebrados entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e órgãos ou demais entes públicos internacionais, estrangeiros, federais, estaduais ou municipais, bem assim entidades da iniciativa privada com intuíto não lucrativos, respeitadas as finalidades do FERH-TO e a aprovação do CERH-TO;

Considerando o Despacho da SCE Nº 2877/2015 - Procuradoria Geral do Estado, de 19 de agosto de 2015, que opinou pela possibilidade jurídica da assinatura do Termo de Parceria, ressaltando todavia a necessidade de aprovação prévia do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CERH/TO, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 2.089/2009;

Considerando o termo que adjudica e homologa o resultado final do Edital 01/2015- FERH, em favor da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP INSTITUTO ECOLÓGICA - Palmas -TO, publicado no DOE nº 4.484 de 23 de outubro de 2015, conforme Parecer Técnico da Comissão de Julgamento de Propostas e publicação do resultado final no DOE nº 4.476, em 13 de outubro de 2015, nos seguintes termos: Nome da Entidade: INSTITUTO ECOLÓGICA - Palmas -TO, CNPJ: 03.878.015/0001-45;

Considerando, o disposto no Programa 1011- Recursos Hídricos da Lei 2.815 que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o período 2012/2015.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a Assinatura do Termo de Parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Instituto Ecológica, objeto do Processo 2015/39000/00126, conforme deliberação ocorrida na 26ª Reunião Ordinária realizada no dia 26/10/2015, data na qual começa a vigorar, com todos os seus efeitos, a presente Resolução.

EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA Nº: 19/2015

Processo nº 2015/39000/000126

Parceira: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

Parceira: INSTITUTO ECOLÓGICA DE PALMAS/TO

Do objeto: este Termo de Parceria tem por objeto o alcance, pelo Instituto Ecológica de Palmas/TO, das metas constantes no Plano de Trabalho do Projeto de Apoio Técnico à Gestão de Recursos Hídricos com os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios: Formoso, Manoel Alves, entorno do lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, Lontra e Corda, elaborado conforme o Anexo I do Edital 01/2015 do Ferh - Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

Vigência: o Termo de Parceria vigorará por 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura: 26 de outubro de 2015.

Valor Estimado: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Signatários: LUZIMEIRE CARREIRA - Representante da SEMARH.

STEFANO MERLIN - Representante do INSTITUTO ECOLÓGICA PALMAS/TO.

SECRETARIA DA SAÚDE

Secretário: SAMUEL BRAGA BONILHA

DESPACHO Nº 1206/2015/SESAU/GABSEC

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos II e IV, §1º, Artigo 42, da Constituição do Estado, bem como a Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e ainda:

CONSIDERANDO o artigo 49, "caput", da Lei Federal 8.666/93, que prevê a possibilidade de revogação da licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

CONSIDERANDO o teor do Despacho nº 828/2015, fls. 168, no qual solicita o cancelamento do item 35, por necessidade de alteração do descritivo do produto, o que iria retardar a aquisição dos demais medicamentos descritos do anexo I do Edital;

CONSIDERANDO que os demais produtos a serem licitados são indispensáveis para suprir a demanda dos Hospitais de Referência do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

I - REVOGAR PARCIALMENTE o Pregão Eletrônico Nº 096/2015 - Processo Administrativo Nº 2015/3055/002650, para tornar sem efeito o anexo I do Edital, referente ao produto descrito no item 35, pela razão acima citada.

II - DETERMINAR o prosseguimento dos autos, a fim de concluir a aquisição dos demais medicamentos constante no pregão em epígrafe, devendo o item cancelado ser incluso em novo termo de referência.

III - CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE/TO, em Palmas - TO, aos 22 dias do mês de outubro do ano de 2015.